



ACÓRDÃO Nº1190/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 16123/2020.

Apensos: Processo nº 16129/2020, 16125/2020, 16126/2020, 16128/2020, 16124/2020.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino Desporto – SEDUC.

4- Exercício: 2007.

5- Responsável: Marly Honda de Souza (Ordenador de Despesa), Gedeão Timóteo Amorim (Ordenador de Despesa).

6- Advogados: Jean Wakim Hanna Wakim Filho OAB/AM 5181, Luiz Gustavo Cardoso Maia OAB/AM 6971, Leda Mourão da Silva - OAB/AM 10276, Patrícia de Lima Linhares - OAB/AM 11193, Pedro Paulo Sousa Lira - OAB/AM 11414 e Katiúscia Raika da Camara Elias - OAB/AM 5225, João Carlos Bezerra da Silva OAB/AM 6262.

7- Unidade Técnica: DICAD, DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3661/2022-DIMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino Desporto - SEDUC. Exercício de 2007.

Irregularidade. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da SEDUC, exercício 2007, sob a responsabilidade do **Sr. Gedeão Timóteo Amorim**, Secretário de Estado da Educação e Qualidade do Ensino, à época, nos termos do art. 22, III, “b” c/c art. 25, ambos da Lei nº 2.423/96;

10.2. Aplicar multa ao **Sr. Gedeão Timóteo Amorim**, Secretário de Estado da Educação e Qualidade do Ensino, à época, no valor de **R\$13.654,39 (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove reais)**, com fulcro no art. 308, VI, da Resolução nº 04/02 – RI-TCE/AM, em razão das impropriedades apontadas nos itens 2, alínea “a”; 3, alínea “a”; 4, alínea “a”; 5, alínea “a”; 6, alínea “a”; 7, alíneas “a” e “b”; e 8 alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, e “i” do Relatório-Voto. Fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no item 2, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio



ACÓRDÃO Nº1190/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Dar ciência ao Sr. Gedeão Timóteo Amorim, por meio de seus Advogados constituídos, acerca do *decisum* a ser exarado por esta Corte de Contas.

11- Ata: 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 26 de julho de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente, não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral